

**CONTRATO CEDAE N.º 118 /2018 (DG)**

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Produção e Grande Operação, Sr. EDES FERNANDES DE OLIVEIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA**, com sede na Avenida dos Migrantes, 1667, Parque Meia Lua – Jacareí/SP, CEP: 12.335-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 47.225.693/0001-84, neste ato por meio de seu Procurador, Sr. PAULO ROBERTO DE MELLO, portador da cédula de identidade nº 13.893.236-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 084.492.598-51, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do Processo nº **E-07/100.185/2017** relativo à Licitação **CN nº 006/2017 ASL-DP** justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente Contrato é a execução das obras de **"RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E ADEQUAÇÃO DE 12 FILTROS NA ETA GUANDU"**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

- 2.1. As obras ora contratadas deverão estar concluídas no **Prazo de 240 (duzentos e quarenta)** dias corridos.
- 2.2. O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução das obras.
- 2.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratadas, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.
- 2.4. A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo



contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.

- 2.5. Considerando que o contrato de obras é por escopo, o término do prazo não é causa suficiente para a extinção do ajuste, cabendo a **CEDAE** apurar se as razões que inviabilizaram a execução do objeto, no prazo inicialmente avençado, decorreram de atuação deficiente da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

- 3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a – remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
- b – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- c – emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- d – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expreso conhecimento;
- c - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início das obras até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;



- g - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;
- j - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- l - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- m - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- n - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- o - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.
- p - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.
- q - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.
- r - A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.
- s - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.
  - s.1 - As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.
- t - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.
- u - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na



Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

- v - Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.
- x - Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.
- y - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:
  - I - de cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
  - II - de duzentos e um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
  - III - de quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
  - IV - mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

#### **CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO**

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.
- 5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.
- 5.3. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 6.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:
  - Programa de Trabalho: 1201671663
  - Código Orçamentário: 44.90.51.05
  - Fonte de Recursos: 10
  - Conta Contábil: 161190002



- Centro de Custos: DG00010000
  - ID da Reserva Orçamentário: 2018000785
- 6.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO**

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a realizar as obras ora contratadas, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 4.255.196,10 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e noventa e seis reais e dez centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.
- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.
- 7.3.1. Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da tabela de preços da EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto a no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços.
- 7.3.2. Em caso de acréscimo ou supressão de valores do total do contrato, o item Administração Local será recalculado mantendo a mesma relação percentual entre o valor do referido item e o valor total do contrato.
- 7.4. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.
- 7.4.1. Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.

### **CLÁUSULA OITAVA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO**

- 8.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido



- contado a partir da data final do período de adimplemento.
- 8.1.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.
- 8.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI), integrante de sua proposta.
- 8.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.
- 8.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.
- 8.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 8.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra, serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.
- 8.5.2. Na elaboração dos projetos executivos e Cadastro Técnico, previstos na presente licitação, deverão ser seguidas as Normas pertinentes. E, havendo a necessidade de acréscimo no número de pranchas previstas na planilha orçamentária, o que deverá ser tecnicamente justificado e submetido à aprovação da **CEDAE**.
- 8.5.2.1. Os itens referidos acima deverão ser medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, as pranchas apresentadas.
- 8.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.
- 8.6.1. No caso da não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controvertida, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.
- 8.6.2. No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 8.6.1.
- 8.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do



contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.

- 8.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.
- 8.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 8.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.
- 8.11. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.
- 8.11.1. Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para as obras contratadas, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.
- 8.12. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra.
- 8.13. A CEDAE, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência das obras objeto deste Contrato.
- 8.14. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

#### CLÁUSULA NONA - GARANTIAS

- 9.1. Como garantia do Contrato e da boa execução das obras em objeto e para cobertura de eventuais débitos, a **CONTRATADA** apresentou apólice de seguro garantia na importância de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com o Art. 56 da Lei 8.666/93, cujo comprovante está anexo às folhas 1.864 a 1.873 do processo administrativo.
- 9.2. Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1,5% (um vírgula cinco por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.



- 9.3. A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula será de no mínimo 120 dias após o término da vigência do contrato e ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após a aceitação definitiva da obra pela Fiscalização da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

- 10.1. As obras objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro, Sr. PAULO VICENTE DE NATALE, inscrito no CPF sob o nº 013.109.918-39 e no CREA-SP nº 0601325104, que fica autorizado a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.
- 10.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter o engenheiro indicado nesta cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 10.3. O Responsável Técnico aqui indicado deverá figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 8.10 da Cláusula Oitava deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 11.1. A realização das obras, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE**. (Ordem de Início)
- 11.2. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.
- 11.3. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.
- 11.4. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.
- 11.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da CEDAE.



- 11.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.
- 11.7. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 11.8. Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da CEDAE-DPO-1, abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 11.8.1. Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à CEDAE.
- 11.8.2. Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.
- 11.8.3. Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.
- 11.8.4. Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.
- 11.8.5. Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.
- 11.9. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.
- 11.10. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução das obras objeto deste Contrato, assim como pelos causados por seus possíveis subcontratados.
- 11.11. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.
- 11.11.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução da obra.
- 11.12. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no



cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratados.

- 11.12.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.
- 11.13. Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução das obras deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.
- 11.14. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.
- 11.15. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.
- 11.16. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.
- 11.17. A aceitação das obras ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela, ou por seus possíveis subcontratados, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.
- 11.18. A aceitação provisória da obra será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão das obras.
- 11.18.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.
- 11.18.2. A emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico-financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:
- 11.18.2.1. A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das



obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

- 11.18.2.2. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de fiscalização não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- 11.18.2.3. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a contratada omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- 11.18.2.4. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente última fatura ficará suspenso.
- 11.18.2.5. Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela contratada, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.
- 11.18.2.6. Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à contratada recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- 11.18.2.7. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à contratada, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.
- 11.18.2.8. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- 11.18.2.9. Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, **exceto na última etapa/parcela**, deverão ser registradas no processo.



11.19. A aceitação definitiva da obra será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, até 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

11.19.1. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

11.19.2. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

11.19.3. De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

11.19.4. No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a Aceitação Definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

11.19.5. Persistindo a recusa da contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a Garantia Contratual, se houver.

11.19.6. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela contratada.

11.19.7. A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO**

12.1. A CONTRATADA só poderá subcontratar, mediante aprovação prévia, por escrito, da **CEDAE**, tendo como limite estabelecido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do total do objeto licitado e desde que não contemple atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes.

12.1.1. É vedada a cessão ou sub-rogação do contrato.

12.2. A autorização de subcontratação concedida pela **CEDAE** não eximirá à **CONTRATADA** da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

13.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária pela Administração Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

13.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

13.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

13.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

13.3.1 A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 13.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

13.3.2 A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 13.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 3.149/80.



13.3.3 A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 13.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

13.4. A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 13.1, observará o seguinte:

- a) corresponderá individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

13.5. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 13.1, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

13.6. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 13.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

13.6.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.7. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

13.8. Se o valor das multas previstas na alínea "b", do subitem 13.1, e no subitem 13.10, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.8.1. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

- 15.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 15.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.
- 15.3. A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

- 16.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.
- 16.2. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS**

- 17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### **CLÁUSULA DECIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

- 18.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FACULDADE DE USO**

- 19.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.



### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

- 20.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 20.2. Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

- 21.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o décimo quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.
- 21.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 22.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- 22.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- 22.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.
- 22.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.
- 22.5. Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da contratada, esta prevalecerá.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS**

23.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.


**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

24.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

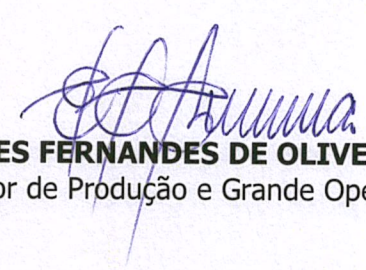
E, por estarem justas e contratadas, manaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, que assinam com as testemunhas abaixo:

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2018.

Pela **CEDAE**:



**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente



**EDES FERNANDES DE OLIVEIRA**  
Diretor de Produção e Grande Operação

Pela **CONTRATADA**:



**PAULO ROBERTO DE MELLO**  
Procurador

**TESTEMUNHAS:**

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Ref. Contr-PETRANOVA-recuperacao-estrutural-e-adequacao-CN-006-2017-PLD



## Secretaria de Estado do Ambiente

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHO DO PRESIDENTE  
DE 06.09.2018

PROCESSO Nº E-07/002/102/2018 - RATIFICAR a inexistência de licença, em conformidade com o artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, em favor de GENOFISCO CURSOS, com vistas à inscrição Priscila Vanoncio Nunes e Renan de Mattos Rodrigues Lopes no Curso Retenções Tributárias na Fonte: IR, INSS, ISS, PIS, COFIS e CSLL, que será realizado no período de 09 a 10/11/2018, em São Paulo - SP, nos termos da autorização do Diretor-Geral, autoridade ordenadora de despesas.

## SUPERINTENDENTE REGIONAL DA BAÍA DE GUANABARA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
DE 06.09.2018

PROCESSO Nº E-07/501.074/2012 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos no imóvel situado à ESTRADA DE JACAREPAGUÁ, Nº 6.789 - FREGUESIA (JACAREPAGUÁ), Município RIO DE JANEIRO-RJ, com base no Parecer Técnico nº 85/18, referente ao processo em referência.

DE 10.09.2018

PROCESSO Nº E-07/101.093/2007 - INDEFIRO o pedido de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos no imóvel situado à RUA CARAVELAS, LOTE 32, QUADRA 77 - GRAMACHO, Município DUQUE DE CAXIAS-RJ, com base no Parecer Técnico nº 100/18, referente ao processo em referência.

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

DESPACHOS DO DIRETOR  
DE 06.08.2018

PROCESSO Nº E-07/20003/2004 - INDEFIRO o requerimento de Licença Prévia, em nome do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, com base no Parecer Técnico nº 23043/2018/SR(07)-GSR(07)/INCR-INCRA e no Parecer Técnico nº 119/2018/GELAF, às fls. 82, que informam sobre a desistência do requerente em dar continuidade ao presente licenciamento, bem como nos demais elementos constantes do processo em referência.

DE 15.08.2018

PROCESSO Nº E-07/002.164/2013 - INDEFIRO o requerimento de Autorização Ambiental para capina química, em nome de SAO SANEAMENTO AMBIENTAL PROJETOS E OPERAÇÕES LTDA - EPP, com base no Parecer Técnico nº 23/17, (fls. 94) e despachos (fls. 101 v.), da GELAF, que informam o desinteresse do requerente na continuidade da análise e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/504.140/2009 - INDEFIRO o requerimento de Certificado da Faixa Marginal de Proteção, em nome de EMFOL - EMPRESA DE MINERAÇÃO FONTE LIMPA LTDA - EPP, com base no Parecer Técnico nº 203/2018/SEFAM, (fls. 57 e 58), da GELIRH, que informa o desinteresse do requerente na continuidade da análise e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 17.08.2018

PROCESSO Nº E-07/20406/4/2007 - INDEFIRO o requerimento de Licença Prévia, em nome do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, com base no Parecer Técnico nº 126/2018/GELAF, às fls. 74, que informa a desistência do requerente e nos demais elementos constantes do processo em referência.

DE 21.08.2018

PROCESSO Nº E-07/20152/2008 - INDEFIRO o requerimento de licença da operação, em nome de KOLETUS TRANSPORTADORA E COLETORES DE RESÍDUOS LTDA, com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença nº GELRAC/SELART-Indeferimento-PT-0278/2018, (fls. 242), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações GELRAC/NOT/01018015 e SELART/NOT/0187740, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/51006/2011 - INDEFIRO o requerimento de licença da operação, em nome de TRANSPORTES MORAES E FILHOS LTDA, com base no Parecer Técnico de Indeferimento do requerimento de Licença de Operação nº GELRAC/SELART-Indeferimento-PT-0170/2018, (fls. 211), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SELART/NOT/01073560, além de constar como baixada no cadastro do CNPJ, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 22.08.2018

PROCESSO Nº E-07/20208/1/2001 - INDEFIRO o requerimento de licença da operação, em nome de EXPRESS CORPORATION, com base no Parecer de Indeferimento nº GELRAC-PT-0313/2018, (fls. 377), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação GEOFEM/NOT/01095040, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 24.08.2018

PROCESSO Nº E-07/50322/2010 - INDEFIRO o requerimento de Licença Ambiental Simplificada, em nome de INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, com base no Parecer Técnico nº 161/2018, (fls. 69), que informa a desistência do requerente e nos demais elementos constantes do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/20339/2003 - INDEFIRO o requerimento de Licença da Operação, em nome de PIGC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com base no Parecer Técnico de Licença de Operação nº 027/2018, (fls. 100-102), que informa que a empresa recebeu, da Prefeitura Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, a LMO nº 02/2017 para operar a estação de tratamento e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 27.08.2018

PROCESSO Nº E-07/002.612/2015 - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, em nome de NATURIUM AMBIENTAL LTDA EPP, com base no Parecer Técnico nº 093/2018/SEORH, (fls. 56-57), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SEORH/NOT/01070224, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.1506/2017 - INDEFIRO o requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em nome de CIPÊL DE PAJUA INDÚSTRIA DE PAPEIS LTDA, com base no Parecer Técnico nº 101/2018/SEORH, (fls. 70-71), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SEORH/NOT/01080199, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

DE 28.08.2018

PROCESSO Nº E-07/50546/1/2009 - INDEFIRO o requerimento de Certidão Ambiental de Uso Insignificante de Recursos Hídricos, em

nome de POSTO DE COMBUSTÍVEIS MARECHAL ALENCASTRO LTDA, com base no Parecer Técnico nº 282/2018/SEORH, (fls. 40), que informa o desinteresse do requerente na continuidade da análise e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/50179/2011 - INDEFIRO o requerimento de Certificado da Faixa Marginal de Proteção, em nome de MAURO DE OLIVEIRA PEREIRA, com base no Parecer Técnico nº 224/2018/SEFAM (fls. 34-35), que informa que a empresa não atendeu aos termos da notificação SEFAM/NOT/01066759, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/200164/1996 - INDEFIRO o requerimento de licença da operação, em nome de FÁBRICA DE GELO BANGU LTDA, com base no Parecer Técnico de Indeferimento de Licença nº GELRAC-PT-0323/2018, (fls.89), que informa que a empresa encerrou suas atividades no local e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/201638/2002 - INDEFIRO o requerimento de licença da operação, em nome de TRANSPREV - TRANSPORTE DE VALORES E SEGURANÇA LTDA, com base no Parecer Técnico de Indeferimento nº GELRAC-PT-0325/2018 (fls. 412-413), que informa que a empresa encerrou suas atividades no local e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

PROCESSO Nº E-07/002.7779/2013 - INDEFIRO o requerimento de Certificado da Faixa Marginal de Proteção, em nome de PEDRO JOSE NUNES PEREIRA DAS NEVES, com base no Parecer Técnico nº 223/2018/SEFAM (fls. 24-25), que informa que a empresa não atendeu aos termos das notificações SEFAM/NOT/01029329, SEFAM/NOT/01070287 e SEFAM/NOT/01085845, dando margem a aplicação da Resolução INEA nº 129/2015, e, ainda, nos demais elementos do processo em referência.

Id: 2131612

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 14/09/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II e ROBSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B, como membros titulares, e JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA ANTUNES, Agente de Saneamento H e ADILSON FERREIRA BORGES, Analista de Qualidade C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado para os serviços de "RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E ADEQUAÇÃO DE 12 FILTROS NA ETA GUANDU" de que trata o Processo E-07/100.185/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.213/2018.

Id: 2131601

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 20/02/2018

DESIGNA LEOPOLDO MANHAES GAMA FILHO, Técnico de Saneamento I, como Presidente, LEANDRO TEIXEIRA PINTO, Engenheiro A, ALEXANDRE PEREIRA MARINS, Engenheiro B, como membros

ID FUNCIONAL	NOME	ESTABILIDADE A CONTAR DE
5071862-2	Ricardo Bonagães Siqueira Junior	06/07/2018

Id: 2131502

Secretaria de Estado de  
Agricultura, Pecuária, Pesca e AbastecimentoDESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 22.03.2018

PROCESSO Nº E-02/007/10118/2018 - NESTOR DA SILVA LOPES, Matrícula nº 325766-5 - CONCEDO o Auxílio Funeral.

Id: 2131567

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 03.09.2018

PROCESSO Nº E-02/007/10114/2018 - AUTORIZO, conforme dispõe a Resolução SEAPPA nº 63, de 09 de março de 2009, publicada no D.O. do Estado do Rio de Janeiro em 14.05.2009, o cadastro da Médica Valenária SABRINA DA SILVA MONTEIRO, na Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal da Superintendência de Defesa Agropecuária desta SEAPPA, para realização de vacinação contra brucelose.

Id: 2131688

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE  
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOSDESPACHO DO COORDENADOR  
DE 24.08.2018

PROCESSO Nº E-02/204/2012 - PRODUTOS AR DE SUÍNOS ITACARA LTDA - SIE 106 - AUTORIZO a inclusão e o registro dos produtos listados às fls. 26.

Id: 2131602

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE  
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOSDESPACHO DO COORDENADOR  
DE 24.08.2018

PROCESSO Nº E-02/000026/2010 - MATADOURO FRIGORÍFICO ESTEVES LTDA - SIE 1193 - AUTORIZO a inclusão dos rótulos dos produtos anexados às fls. 139 a 172.

Id: 2131603

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE  
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOSDESPACHO DO COORDENADOR  
DE 29.08.2018

PROCESSO Nº E-02/007/2556/2017 - CARNE DE SOL NORDESTINA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - AUTORIZO o registro do estabelecimento classificado como Fábrica de Conservas.

Id: 2131598

SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
COORDENADORIA ESTADUAL DE CONTROLE DE QUALIDADE  
DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS INDUSTRIALIZADOSDESPACHO DO COORDENADOR  
DE 29.08.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100136/2018 - CARNE DE SOL NORDESTINA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - AUTORIZO o registro do produto Carne bovina salgada e curada - Carne de sol.

Id: 2131592

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,  
PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

## DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 28 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO Nº E-02/007/00222/2018 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO PALÁCIO EUCLIDES DA CUNHA.

titulares a. JOSÉ ANTONIO MARQUES FERREIRA, Agente de Saneamento B, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade, J. J. BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à AQUISIÇÃO DE TUBO DEFOFO DE 250MM PARA NOVOS RECALQUES DAS ELEVADORIAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS CLOVIS SALGADO E JARDAS DE CARVALHO, do Contrato Processo nº E-07/100.004/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.202/2018.

Id: 2131603

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 10/09/2018

PROCESSO Nº E-17/100.281/2016 - Em conformidade com o art. 26 da Lei nº 8.969/93, RATIFICO a Dispensa de Licitação - DL nº 312/2018 (DF), com base no artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666, de 21/03/93 e suas alterações, em favor de AZIZ KHAILIL NEAMAN - CPF Nº 233.004.697-91, no valor de R\$ 54.427,54 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e vinte e sete reais cinquenta e quatro centavos), referente à LOCAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN, SITUADO NA AV. JOÃO BATISTA FERRINI, Nº 136, FUNDOS - CENTRO - ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN - RJ.

Id: 2131604

## COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 10/09/2018

PROCESSO Nº E-07/100.018/2017 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 342/2018 (ASL-DP), realizado em 10/07/2018.

Id: 2131603

INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIROATO DA PRESIDENTE  
DE 30/08/2018

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº E-07/020/41/2018, em seus termos do art. 41 § 4º da Constituição Federal e do Decreto Estadual nº 44.512, de 13 de agosto de 2014.

## RESOLVE:

RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público, respeitada a validade estabelecida abaixo, do servidor em efetivo exercício em carreira do Quadro Permanente do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro por força da Lei nº 6.087/2011, mencionado a seguir, em decorrência de aprovação na avaliação funcional do estágio probatório, conforme pronunciamento da Comissão de Avaliação de Desempenho, constituída através da Portaria PRESITERJ nº 131, de 30 de dezembro de 2014, alterada pelo artigo 26, da Portaria PRESITERJ nº 145, de 07/11/2016, e em conformidade com o que dispõe esta última:

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para proceder ao acompanhamento do Processo nº E-02/007/2522/2018, referente a reforma do Palácio Euclides da Cunha, celebrado entre esta Secretaria de Estado e a Empresa M/R-NIT Comercial e Serviços Ltda.

## MEMBROS

Jorge Alberto Dias Vasconcellos, ID Funcional 26934833 - Presidente;  
Alivito Tokuda, CAURJ A33974-1;  
Ricardo Zarour, DREA/RJ 24.149D.

## SUBSTITUTOS:

José Luiz Teixeira Magalhães, ID Funcional 20225067;  
Jackson Santos Ramalho, ID Funcional 20227574;  
Sergio Matta Pares, ID Funcional 269722824.

Art. 2º - Designar, como Gestora do Contrato nº 020/2018, a servidora Daniela Karina da Silva Vergosa, ID Funcional 50074504.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 10 de setembro de 2018

ANTONIO EMÍLIO SANTOS

Diretor-Geral

## PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 29 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO Nº E-02/007/00222/2018 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, PERTINENTE AO LOTE 01 DO SHOPPING Nº 0007/2018.

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para proceder ao acompanhamento do Processo nº E-02/007/2206/2018, referente a reforma do Escritório da EMATER - RIO em Santo Antônio de Pádua, pertencente ao lote 02 do shopping 0007/2018, celebrado entre esta Secretaria de Estado e a Empresa Fernandes & Fernandes Atividades Paisagísticas Ltda-Me.

## MEMBROS

Jorge Alberto Dias Vasconcellos, ID Funcional 26934833 - Presidente;  
Alivito Tokuda, CAURJ A33974-1;  
Ricardo Zarour, DREA/RJ 24.149D.

## SUBSTITUTOS:

José Luiz Teixeira Magalhães, ID Funcional 20225067;  
Jackson Santos Ramalho, ID Funcional 20227574;  
Sergio Matta Pares, ID Funcional 269722824.

Art. 2º - Designar, como Gestora do Contrato nº 017/2018, a servidora Daniela Karina da Silva Vergosa, ID Funcional 50074504.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 10 de setembro de 2018

ANTONIO EMÍLIO SANTOS

Diretor-Geral

## PORTARIA SEAPPA/DGAF Nº 30 DE 10 DE SETEMBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO Nº E-02/007/00222/2018 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DO ESCRITÓRIO DA EMATER-RIO EM SANTO ANTONIO DE PADUA, PERTINENTE AO LOTE 02 DO SHOPPING Nº 0007/2018.

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais,



CIPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.722,98. PROCESSO Nº E-07/002.934/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00148958**

NOME: Marcelo Tiburcio. CNPJ/CPF Nº 098.523.557-83. ENDEREÇO: Rua Dr. Heio de Almeida Pinto - Praça Japuranã. MUNICÍPIO: Valença - RJ. INFRAÇÃO: Artigos 79 e 80 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.270,00. PROCESSO Nº E-07/002.1223/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00148870**

NOME: Posto de Abastecimento Imperial 2000 Ltda. CNPJ/CPF Nº 03.447.220/001-74. ENDEREÇO: Rua Francisco Eugênio, 399/400. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 3.410,87. PROCESSO Nº E-07/002.7024/2014.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00148980**

NOME: Jorge Ubrayara David. CNPJ/CPF Nº 054.480.007-97. ENDEREÇO: Rua Heracleito Graça, 183. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 78 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 1.381,34. PROCESSO Nº E-07/002.563/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00148972**

NOME: CCI Transportes Ltda. CNPJ/CPF Nº 27.909.456/0001-25. ENDEREÇO: Rua Mercês Ferreira, nº 25. MUNICÍPIO: Nova Friburgo - RJ. INFRAÇÃO: Artigos 76 e 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 121.383,32. PROCESSO Nº E-07/002.9033/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00150008**

NOME: Ampla Energia e Serviços S/A. CNPJ/CPF Nº 33.050.071/0001-58. ENDEREÇO: Praça Leonir Ramos, 01. MUNICÍPIO: Niterói - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 7º da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 3.543,32. PROCESSO Nº E-07/002.5335/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00148931**

NOME: Cargo Transportes Rodoviários Ltda. CNPJ/CPF Nº 45.233.840/0001-07. ENDEREÇO: Avenida Prefeito Jorge Julio da Costa Santos, 402. MUNICÍPIO: Belford Roxo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 63 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 5.921,29. PROCESSO Nº E-07/002.9135/2014.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00149550**

NOME: Mandjuba Comercio de Madeiras Material de Construção CNPJ/CPF Nº 09.216.555/0001-40. ENDEREÇO: Rua Erardo Costa, 307. MUNICÍPIO: Macaé - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 722,08. PROCESSO Nº E-07/002.16438/2014.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00150386**

NOME: Rio Star Industria e Comercio Ltda. CNPJ/CPF Nº 31.925.084/0001-06. ENDEREÇO: Rua do Alho, 151. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 5.531,17. PROCESSO Nº E-07/002.1564/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU00150138**

NOME: Tiago Sardinha da Souza. CNPJ/CPF Nº 12.195.961/0001-89. ENDEREÇO: Avenida Boa Vista, nº 230. MUNICÍPIO: Campos dos Goytacazes - RJ. INFRAÇÃO: Artigos 46 e 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 4.053,15. PROCESSO Nº E-07/002.893/2015.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEAU00150600**

NOME: Joalpa Hotel Cabo Frio Ltda. CNPJ/CPF Nº 03.074.216/0001-89. ENDEREÇO: Rua dos Grãos nº 02. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 5.194,47. PROCESSO Nº E-07/002.30794/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEAU00150598**

NOME: Condomínio do Shopping Itaipu Fashion. CNPJ/CPF Nº 02.058.394/0001-29. ENDEREÇO: Rua Major Belegard nº 30. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 5.194,47. PROCESSO Nº E-07/002.30773/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEAU00150605**

NOME: Bioteca chic Eventos Ltda. CNPJ/CPF Nº 18.534.771/0001-24. ENDEREÇO: Av. Nilo Pecanha, nº 1300. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 4.253,51. PROCESSO Nº E-07/002.10104/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEAU00150604**

NOME: Camping Clube do Brasil. CNPJ/CPF Nº 33.672.205/0011-44. ENDEREÇO: Av. Wilson Mendes nº700. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 4.752,54. PROCESSO Nº E-07/002.8932/2016.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEAU00150602**

NOME: Vally Cardoso do Nascimento Junior. CNPJ/CPF Nº 095.853.047-59. ENDEREÇO: Rua Cristiane-Rio Mole. MUNICÍPIO: Saquarema - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 64 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 5.886,88. PROCESSO Nº E-07/002.33369/2018.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEAU00150282**

NOME: Genésio Pereira Antunes. CNPJ/CPF Nº 107.741.227-49. ENDEREÇO: Av. Saquarema, nº 5393. MUNICÍPIO: Saquarema - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 85 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 174,22. PROCESSO Nº E-07/002.7245/2017.

**AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPLAJEAU00150601**

NOME: Condomínio Edifício Apart Hotel, Malibu. CNPJ/CPF Nº 21.480.089/0001-81. ENDEREÇO: Av. Nilo Pecanha, nº 500. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 4.973,71. PROCESSO Nº E-07/002.12779/2017.

**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO**

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA torna público que fará realizar o CRE-DECIAMENTO DE LEILÃO.

DATA: 25/09/2016, às 11:00 horas  
LOCAL: Avenida Venezuela nº 110, 4º Andar, Sala 404 - Rio de Janeiro.

ACQUISIÇÃO: O Edital e seus anexos estarão à disposição para consulta e/ou aquisição, neste caso mediante a permissão de 01 (uma) Resma de Papel A4 no Núcleo de Licitações, na Avenida Venezuela, nº 110 - 4º andar - sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro, no horário de 10:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, ou podendo, alternativamente, ser adquirido através do site do INEA [www.inea.rj.gov.br](http://www.inea.rj.gov.br).

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter maiores informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9436.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE****COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 119/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ACETECNO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.  
OBJETO: "CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA PARA SÃO SEBASTIÃO DO ALTO".  
PRAZO: 90 (noventa) dias.  
VALOR: R\$ 239.996,06 (duzentos e trinta e nove mil novecentos e noventa e seis reais e seis centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 31/08/2016.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.352/2016 (Tomada de Preços nº 104/2016).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 118/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA.  
OBJETO: "RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E ADEQUAÇÃO DE 12 FILTROS NA ETA GUANDU".  
PRAZO: 240 (duzentos e quarenta) dias.  
VALOR: R\$ 4.255.196,10 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e seis reais e dez centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 30/08/2016.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.165/2017 (CN nº 006/2017).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 114/2016 (DI).  
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a MACIPE SOLUÇÕES EM MATERIAIS LTDA - EPP.  
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE TUBO DEFOFO DE 250 MM PARA NOVOS RECALQUES DAS ELEVADORIAS DE ESGOTOS SANITÁRIOS CLOVIS SALGADO E JARGAS DE CARVALHO".  
PRAZO: 60 (sessenta) dias.  
VALOR TOTAL: R\$ 151.538,40 (cento e cinquenta e um mil quinhentos e trinta e oito reais e quatro centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2016.  
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.004/2017 (Pregão Eletrônico nº 354/2017).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: TERMO Nº 02/2016 de Ajuste de Contas e Quitação.  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.  
OBJETO: "Ajuste de contas entre as partes, possibilitando o pagamento das HONORÁRIAS REFERENTES AOS TRABALHOS DESenvolvidos PARA O CUMPRIMENTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA AGENERSA N. 051/2015, RELATIVO AOS EXERCÍCIOS 2016 E 2017", prestados pela ERNST.  
PRAZO: O pagamento a ERNST será feito no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados desta publicação.  
VALOR TOTAL: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).  
DATA DE ASSINATURA: 30/08/2016.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/102.377/2011. \*Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao CONTRATO CEDAE nº 100/2015 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CESAR REFORMA E SERVIÇOS LTDA - EPP.  
OBJETO: Inclusão de 11 (onze) postos de condutores.  
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.  
VALOR: R\$ 318.747,35 (trezentos e dez mil setecentos e quarenta e sete reais e seis centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 31/08/2016.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.483/2015 (Pregão Eletrônico de Registro de Preços nº 012/2015).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 064/2013 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a CESAR REFORMA E SERVIÇOS LTDA - EPP.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução das obras.  
PRAZO: 30 (trinta) dias.  
VALOR: Sem alteração do valor contratual.  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2016.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-07/100.741/2017 (Tomada de Preços nº 103/2018).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 038/2018 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a BOSCH METAL LIGA LTDA.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de fornecimento.  
PRAZO: 30 (trinta) dias.  
VALOR: Sem alteração do valor contratado.  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.616/2016 (Pregão Eletrônico nº 336/2017).

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao CONTRATO CEDAE nº 081/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE-RIO.  
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e acréscimo de 75 (setenta e cinco) vagas de estágio.  
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.  
VALOR: R\$ 4.880.250,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil duzentos e cinquenta reais).  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.417/2016 (Dispensa de Licitação nº 002/2016 - DI). \*Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 081/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE-RIO.  
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e acréscimo de 75 (setenta e cinco) vagas de estágio.  
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.  
VALOR: R\$ 4.880.250,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil duzentos e cinquenta reais).  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.417/2016 (Dispensa de Licitação nº 002/2016 - DI). \*Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 081/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE-RIO.  
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e acréscimo de 75 (setenta e cinco) vagas de estágio.  
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.  
VALOR: R\$ 4.880.250,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil duzentos e cinquenta reais).  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.417/2016 (Dispensa de Licitação nº 002/2016 - DI). \*Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 081/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE-RIO.  
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e acréscimo de 75 (setenta e cinco) vagas de estágio.  
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.  
VALOR: R\$ 4.880.250,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil duzentos e cinquenta reais).  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.417/2016 (Dispensa de Licitação nº 002/2016 - DI). \*Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 081/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE-RIO.  
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e acréscimo de 75 (setenta e cinco) vagas de estágio.  
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.  
VALOR: R\$ 4.880.250,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil duzentos e cinquenta reais).  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.417/2016 (Dispensa de Licitação nº 002/2016 - DI). \*Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao CONTRATO CEDAE nº 081/2016 (DI).  
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIEE-RIO.  
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual e acréscimo de 75 (setenta e cinco) vagas de estágio.  
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.  
VALOR: R\$ 4.880.250,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil duzentos e cinquenta reais).  
DATA DE ASSINATURA: 29/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo Nº E-17/100.417/2016 (Dispensa de Licitação nº 002/2016 - DI). \*Omitido no D.O. de 31/08/2018.

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**  
**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO.  
PARTES: O BANCO DO BRASIL S.A. e a COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE.  
OBJETO: Ajuste das condições pactuadas para a prestação, pelo BANCO, dos serviços de arrecadação das tarifas e demais receitas públicas da CEDAE e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico, dos valores arrecadados, com extensão da prestação dos serviços de arrecadação das tarifas em atraso a todos os pontos de atendimento do BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados, bem como alterações de cláusulas do Contrato.  
PRAZO: Sem alteração do prazo contratual.  
VALOR: Sem alteração do valor contratual.  
DATA DE ASSINATURA: 28/08/2018.  
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.447/2016.

**Secretaria de Estado de Trabalho e Renda****EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: Termo de Adesão nº 002/2018 - Ao Serviço Voluntário de natureza precária, realizado de forma espontânea, sem contraprestação financeira, sem remuneração, sem vínculo de emprego, obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou outra afim.  
PARTES: Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAS e Marilza Silva de Freitas - nome fantasia - Voluntária SETRAS.  
OBJETO: O serviço voluntário será exercido pelo prestador na Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, na unidade Casa do Trabalhador de Magueric.  
PRAZO: de 1 (um) ano a partir da data da publicação do seu extrato no DOERJ.  
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 9.608/98, Decreto Estadual nº 3.912/02 e pela Resolução SETRAS nº 857/18.  
PROCESSO Nº E-22/001/02/2018.  
DATA DE ASSINATURA: 08/08/2018.

**EXTRATO DE TERMO**

INSTRUMENTO: Termo de Convênio nº 05/2018 - Sem Transferência de Recursos.  
PARTES: Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAS e o Instituto Campanhese de Ensino Superior e a Associação Igreja Metodista.  
OBJETO: O Convênio tem por objetivo a cooperação recíproca entre as partes, visando elaborar e executar cursos de qualificação para empreendedores locais da economia solidária no Município de Teresópolis.  
PRAZO: Vigorará por 3 (três) meses, contados a partir da data da sua publicação do seu extrato, podendo ser renovado e alterado, exceto o OBJETO, caso seja de interesse dos Participantes, através de Termo Aditivo realizado entre as partes.  
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, em especial o seu art. 116.  
PROCESSO Nº E-22/001/100.329/2018.  
DATA DE ASSINATURA: 04/09/2018.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 016/2016 - Sem Transferência de Recursos.  
PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAS e o Município de Porto Real/RJ.  
OBJETO: Renovar o Convênio Sem Transferência visando à continuidade Operacional da Unidade de Atendimento SINE-RJ, que desenvolverá atividades de empregabilidade e geração de renda, no Município de Porto Real/RJ, de acordo com os critérios exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e com a utilização dos sistemas e ferramentas de trabalho adotadas pelo SINE.  
PRAZO: Vigorará, por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da publicação do seu extrato, podendo ser renovado e alterado, exceto o Objeto, através de Termo Aditivo, desde que haja manifestação por escrito das partes.  
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93, em especial o seu art. 116.  
PROCESSO Nº E-22/001/239/2016.  
DATA DE ASSINATURA: 04/09/2018.

**Procuradoria Geral do Estado****42º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA****EDITAL**

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos da Resolução PGE nº 4.244, de 02/08/2016, faz saber aos interessados que o 42º Exame de Seleção de Candidatos ao Estágio de Prática Forense e de Organização Judiciária será realizado no dia 22 de setembro de 2018, sábado, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rua São Francisco Xavier nº 524, Bloco F, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ.

Os candidatos deverão ingressar nas salas no horário de 10:00 (dez horas) até às 10:30 (dez horas e trinta minutos), quando os acessos serão fechados, considerando-se eliminados do certame os eventuais retardatários.

**EDITAL**

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos da Resolução PGE nº 4.244, de 02/08/2016, faz saber aos interessados que, após a apreciação dos recursos interpostos contra a decisão de não concessão ou não isenção do pagamento da taxa de inscrição, DECIDIU-SE:

I - DAR PROVIMENTO aos recursos apresentados pelos candidatos abaixo relacionados, para definir os seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição. Em consequência, estes candidatos passam a integrar a listagem contida no item I. do Edital publicado no Diário Oficial de 04.09.2018.

Inscrição	Nome
2018-EST-42-00337	CAROLINE SOUZA VIEIRA NASCIMENTO
2018-EST-42-00326	DEMÉTRIO CEZAR MARTINS ROVIM

II - NEGAR PROVIMENTO ao recurso apresentado pelo candidato inscrito sob o número abaixo indicado, tendo em vista a ausência integral dos documentos listados nos subitens V.2.1, V.2.1.1 e V.2.2 do Edital de Abertura das Inscrições:

Inscrição	Nome
2018-EST-42-000169	

Id: 2131631

**PUBLICAÇÕES I.O.**

**Estatuto dos Funcionários Públicos**

**À VENDA NAS AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL**

